



José Soares

Transparência

O (in)fiel da balança

Até que ponto pode ser estrategicamente certo e partidariamente benéfico para a sucursal do “Iniciativa Liberal” nos Açores, fazer finca-pé nas suas reivindicações, ao ponto de perigar a jovem governação açoriana?

Será apenas uma questão de protagonismo? Serão as razões suficientemente fortes para fazer tombar o governo? Serão ordens estritas de Lisboa? Esgotou o espaço de diálogo com o governo? Decapitou o bom senso?

Podemos fazer muitas mais perguntas e todas serão legítimas. A Democracia legítima o assunto por si só. Mas... e o resto?

Nos dias que correm, podemos ver em muitas democracias por esse mundo fora, que a governação passou a ser multipartidária. A Alemanha pode servir de farol para esta afirmação. Isto porque apareceram muitas forças políticas às quais, o eleitorado tem, cada vez mais, dado existência nos parlamentos através do voto.

O problema é que nem sempre os deputados ou deputadas estão preparados para manipular os poderes concedidos pelos diversos cenários eleitorais.

Vimos os resultados da sucursal do “Chega” nos Açores. Disputas internas terminaram com a saída do líder Carlos Furtado, agora deputado independente. Ou da deputada em São Bento, Joacine Katar Moreira, eleita pelo partido “Livre”, entrando em rota de colisão com as forças que a tinham elegido. Partido que fora fundado por Rui Tavares, ele próprio vindo do Bloco de Esquerda, onde entrou em bulha com Francisco Louçã.

Como se vê, vivem-se tempos de convulsões e a política não foge à regra. A Idade da Informação Instantânea – como lhe chamo – provoca um turbilhão de manifestações através das redes sociais. A participação cívica atingiu níveis globais jamais imaginados há apenas três décadas. Os grandes partidos que, classicamente governavam à vontade e com maiorias confortáveis, apoiados na pouca informação, ignorância e campanhas manipuladoras, hoje não conseguem acompanhar a velocidade informática de uma maior educação política à escala global.

Nos Açores, o único deputado eleito pela “Iniciativa Liberal”, Nuno Barata, começou a extremar a sua posição quanto ao orçamento regional. Sendo ele um dos balanceiros do governo, essa posição dura e aparentemente irredutível do deputado, pode criar a crise que nesta altura nenhum açoriano deseja. E tampouco deseja a IL de Nuno Barata, a não ser que ele – que escrevia cobras e lagartos sobre o Partido

Socialista quando este governava – queira que o PS volte ao governo!

A promessa de reduzir o défice da Sata está longe de ser esquecida pelo governo. A sua viabilidade a curto prazo é que se torna impossível. Se Nuno Barata, com toda a legitimidade que lhe assiste, for capaz de nos dizer aonde vai o governo dos Açores buscar as verbas para reduzir imediatamente as dezenas de milhões de euros da dívida da Sata, então mudamos de figura. O governo da República até apresentou cortes de milhões nas transferências aos Açores!

Não será melhor jogar pelo seguro e a bem do crescimento saudável dos Liberais, esperar por tempos melhores? Concordo que a Azores Airlines possa ter sido um ‘ninho de parasitas’ com uma gerência suicida em termos financeiros, bem como todo o grupo Sata.

A Azores Airlines serve, entre outras clientelas, a Diáspora açoriana no continente americano (USA/Canadá). Todos os milhões que essa Diáspora envia ou gasta em território português são controlados diretamente pelo Estado português e não pelo governo da Região. Se esses milhões fossem controlados pelos Açores na sua totalidade, certamente que a história do défice da Azores Airlines seria diferente.

A erupção política que rebentou no retângulo, com a rejeição dos radicais da extrema esquerda sobre o Orçamento do Estado para 2022, mais a diarreia interna das clássicas alternativas PSD e CDS, na luta fratricida pela liderança, com as eleições legislativas antecipadas e respetiva campanha, tudo para fazer à pressa em ordem de termos um governo a postos de começar a receber os cerca de 170 mil milhões do PRR europeu, fará com que os (agora) pequenos partidos tenham a oportunidade de saírem vencedores. Esqueçam as maiorias absolutas. Serão cada vez mais raras. O que vemos é um crescente cansaço dos eleitores, que castigarão os clássicos ‘grandes partidos’ pelas mais variadas aldrabices políticas que já não enganam ninguém.

Bruxelas tinha já um primeiro cheque para janeiro próximo, de 1,7 mil milhões de euros. Ficará retido em caso de eleições, que devem acontecer pela mesma altura. É o primeiro atraso de toda a sequência financeira.

É, por fim, o prémio de governar, será ter o controlo do poder para gastar todos os milhões que aí vêm. É que mesmo com a mãe de todas as coligações ou acordos de poder, o dinheiro é tanto, que ainda não chegou e já está a produzir a síndrome de Judas.



Chrys Chrystello*

Se houvesse cultura nos Açores teríamos Casas-Museu

Já em 2003 recém-chegado da Austrália imaginei Portugal com roteiros culturais dedicados aos seus autores, como se podia ler em *A língua portuguesa e a UE alargada*, 2003-06-02 / *Revista ELO*

Quem se lembrou já de incluir roteiros turísticos literários a locais celebrizados pelos monstros sagrados da literatura dos sécs XIX e XX? Alguns constam já dos vulgares roteiros paisagísticos, havia que organizar a leitura de livros desses autores, e a divulgação nesses locais, [como em abril 2003 com a atribuição do prémio Camilo Castelo Branco a Mega Ferreira]. Disponibilizavam-se traduções ou faziam-se reedições (económicas, sem luxos) para os milhares de turistas desses novos países que querem vir a Portugal. Lucrava o país, editores, operadores turísticos e a língua. Podíamos começar com o José Saramago e um roteiro às terras de origem acompanhado de leitura de obras suas, disponibilizadas em línguas dos países da UE, passando por locais evocados em “A Cidade e as Serras” e outras paisagens dos Açores de Nemésio, à Brasileira de Pessoa ou à Monsanto de Fernando Namora. Convidavam-se professores jubilados que amam a Língua Portuguesa para falarem das mil e uma nuances de cada um, pedia-se aos autores vivos que disponibilizasse um dia do calendário para falar da sua obra ou lê-la num cenário apropriado. Estou certo de que a organização de tais eventos custaria menos do que muitas funções oficiais já agendadas.

Posteriormente, com a morte em 2008 de Dias de Melo e a de Daniel de Sá em 2013 propugno a criação de casas-museu como forma de homenagear aqueles autores e a sua obra, uma na Calheta de Nesquim e outra na Maia micaelense.

Agora que o Cristóvão de Aguiar abandonou as vestes terrenas, e depois de falar com os filhos reitero essa necessidade de uma Casa-Museu na localidade de S. Miguel Arcanjo, São Roque do Pico para onde ele se mudou na década de 1990 e ali fez a sua segunda casa. Os filhos estão dispostos a repor toda a sua biblioteca e manter a casa tal como estava quando ele a habitava a fim de que possa ser convertida num local dedicado ao autor e às suas obras.

Se a região autónoma dos Açores tivesse uma verdadeira Secretaria da Cultura esta deveria

inscrever já no orçamento regional montantes destinados a adquirir as casas daqueles autores e convertê-las em Casa-Museu. Uma região que não honra a memória dos seus maiores nas letras e artes não pode arrogar-se o direito de falar na sua história e muitos menos dizer que tem cultura.

É essa visão que sempre faltou a esta autonomia envergonhada em que vivemos. Propositadamente deixei de fora todos os outros autores que merecem idêntico tratamento e concentro-me nestes três pois com eles lidei e deram contributo de relevo aos nossos Colóquios da Lusofonia.

Se o governo não quiser, que seja a autarquia de São Roque do Pico a tomar a dianteira e a iniciativa e a ficar na vanguarda desta merecida homenagem ao prolífico autor Cristóvão de Aguiar. Fico à espera.



*Jornalista, Membro Honorário Vitalício 297713 (Australian Journalists' Association MEAA)